

TEORIA DOS DEVERES FUNDAMENTAIS: contributos para a conscientização dos direitos e deveres básicos do cidadão

EIXO 4 – EDUCAÇÃO PARA A JUSTIÇA – 1º LUGAR

AUTOR: MARCO ANTÔNIO PREIS

RESUMO

O artigo aborda a temática dos deveres fundamentais como instituto jurídico-constitucional com relativa autonomia em relação aos direitos fundamentais. Apesar de contemplados em importantes diplomas legislativos, verifica-se um escasso desenvolvimento teórico em torno da sistematização dos conteúdos específicos dos deveres fundamentais. No entanto, trata-se de instituto capaz de enriquecer o léxico do constitucionalismo contemporâneo, abrindo novas condições de possibilidade e de interpretação para os principais desafios da atualidade, a fim de contribuir para a conscientização dos direitos e deveres básicos dos cidadãos, sobretudo adotando-se como referência o dever fundamental de educação e sua conexão com o exercício da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE

Deveres Fundamentais. Solidariedade. Educação. Cidadania.

1 INTRODUÇÃO

Referências cada vez mais vagas a direitos fundamentais, por traduzirem todos os desejos humanos à gramática dos direitos sem levar em conta seus custos e condições materiais de realização, conduziram à questão: em que ponto do desenvolvimento do constitucionalismo se perdeu de vista a noção da exigência do cumprimento dos deveres fundamentais pelas pessoas em sociedade?

A partir da descrição do processo de consolidação dos direitos fundamentais, que *grasso modo* acompanha os modelos de Estado de Direito (liberal, social e democrático), com a passagem da condição do ser humano da posição de súdito à condição de sujeito de direitos, constata-se que a gradativa predominância dos direitos sobre os deveres, com o tempo, acentua-se e se converte em hipertrofia dos direitos, em uma inflação legislativa que os expõem ao risco da banalização e, noutro vértice, conduz à atrofia dos deveres.

É diante dos desafios do constitucionalismo contemporâneo que se insere a proposta de resgate dos deveres fundamentais, a fim de edificar um arcabouço dogmático capaz de dialogar com a teoria e a prática dos direitos fundamentais.

Este artigo se alinha a esse processo de desenvolvimento teórico na perspectiva constitucional brasileira; para tanto, apresenta os deveres fundamentais e sua inserção no âmbito do constitucionalismo contemporâneo, o que abre novas condições de possibilidade para o tratamento jurídico dos principais desafios da atualidade.

São realizados estudos técnico-jurídicos voltados à construção de uma teoria (geral) dos deveres fundamentais, com a sistematização de uma dogmática própria, relacionada, mas não dependente da teoria dos direitos fundamentais. Por fim, realiza-se um esboço de aplicação dessa teoria aos deveres fundamentais previstos na Constituição brasileira de 1988, optando-se por aprofundar a questão do dever fundamental de educação e seu papel na edificação de uma sociedade mais justa e solidária.

2 DEVERES FUNDAMENTAIS NO CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO

Sob a premissa teórica de que os deveres fundamentais se encontram positivados nos principais diplomas constitucionais e internacionais, são apresentados os textos jurídicos mais representativos a comprovar tal afirmação, a começar pela Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU, 1948) e pela Constituição brasileira (BRASIL, 1988).

O texto internacional prevê o dever de todos os seres humanos, dotados de razão e consciência, para com a comunidade na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível e, na sequência, adverte sobre a ilicitude do abuso de direitos e liberdades fundamentais (art. 29). Sob sua influência, o texto constitucional brasileiro inaugura a seção jusfundamental com o capítulo sobre os direitos e deveres individuais e coletivos; em seu corpo, institui o alistamento e voto obrigatórios (art. 14), o serviço militar compulsório (art. 143), a segurança pública como responsabilidade de todos (art. 144), o dever geral de pagar impostos (art. 145¹), a educação como dever familiar (art. 205), o meio ambiente ecologicamente equilibrado como dever de defesa e preservação por parte de todos (art. 225), dever geral de proteção das crianças, adolescentes e jovens (art. 227), deveres recíprocos de amparo entre pais e filhos (art. 229), dever geral de amparo às pessoas idosas (art. 230), entre outros.

Mas a compreensão da importância dos deveres fundamentais exige que situemos o contexto de desenvolvimento do constitucionalismo. A construção histórica do Estado de Direito sempre repousou sobre a reivindicação de direitos². A noção de Estado moderno se construiu com a reivindicação de direitos subjetivos, desde o modelo liberal, passando pelo aparelhamento do bem-estar social até chegar aos

1 Exemplo de dever fundamental implícito na disciplina do Sistema Tributário Nacional.

2 Quando se fala em direitos humanos e fundamentais no texto, remete-se à distinção terminológica consagrada na literatura como direitos extraídos de textos normativos positivos na ordem internacional e constitucional, respectivamente. Portanto, rechaça-se de plano a ideia de um conjunto de direitos atemporais e inatos à espécie humana, mas sempre como construções discursivas e históricas, delimitadas no tempo e no espaço.

sistemas democráticos contemporâneos. No entanto, muito embora não tenha sido a ênfase dos discursos, os deveres sempre estiveram presentes nesse processo. Desde as origens da metáfora do contrato social³, além dos direitos, das liberdades e das garantias dos indivíduos frente ao Estado, a coletividade exige das pessoas também deveres para com o todo.

Direitos e deveres são expressões que se referem uma à outra, a princípio com uma imagem de oposição, a qual se busca desconstruir e revelar o quão complementares e próximas são essas noções. Mas apesar dessa antiga e íntima relação, a narrativa do processo histórico de consolidação dos direitos deixou à margem a importância jurídica dos deveres na construção de sociedades justas e igualitárias. Isso se deu, sobretudo, no período histórico posterior à Segunda Guerra Mundial, de superação a regimes totalitários e, assim, de uma compreensível primazia dos direitos sobre os deveres⁴, o que, com o tempo, se acentuou e se converteu em hipertrofia dos direitos, em uma inflação legislativa que os expõe ao risco da banalização.

Não que os deveres deixassem de existir ou não fossem aplicados todo esse tempo; pelo contrário, pois sua previsão nos textos normativos de todo o mundo e suas incidências cotidianas revelam o quão presentes os deveres estão nas vidas das pessoas, muito embora não sejam per-

3 Não existe propriamente um contrato social lavrado e firmado no mundo dos fatos, mas trata-se de uma metáfora teórico-filosófica adotada por diversos autores europeus do século XVIII (Hobbes, Rousseau, Locke, Pufendorf, Kant) para explicar a formação e a manutenção da ordem social que marcou o surgimento do Estado moderno (liberal), no sentido de as pessoas abrirem mão de parcela de sua liberdade em prol da autoridade, que organiza a vida social em torno de normas válidas, em contraponto a um igualmente simbólico e prévio estado de natureza.

4 Faz-se a ressalva de que é equivocada a associação entre os deveres e os regimes totalitários ou autoritários, pois só há sujeitos de direitos e deveres se estes forem livres e entre si viverem em um padrão minimamente satisfatório de igualdade. Em um regime de submissão absoluta, não há nenhum direito nem dever, mas mero ato de força, em que as pessoas, sem liberdade, se convertem em objeto do poder; do mesmo modo, entre desiguais não há relações jurídicas, mas relações de exploração ou opressão.

cebidos de tal modo porque o léxico jurídico do constitucionalismo contemporâneo não consegue trabalhar com outras categorias senão a de direitos. Compreender quais são, como incidem e quais os limites à aplicação dos deveres fundamentais torna-se imprescindível para o controle eficiente do poder e para a conscientização dos direitos e dos deveres básicos dos cidadãos em sociedade.

A crise das promessas públicas de bem-estar social, sobretudo por razões econômicas, conduziu ao exaurimento a relação entre homem e Estado, que não pode intervir em todos os aspectos da vida, mas também não é capaz de fornecer tudo o que dele se exige. É o momento em que as pessoas não mais se limitam à relação vertical e passam a estabelecer relações horizontais na sociedade civil para efetivação dos direitos fundamentais. Nesse contexto, insere-se a perspectiva em que os direitos fundamentais adquirem força normativa e surge a nova categoria dos chamados direitos de solidariedade, o que exige a construção de uma pessoa que tem sua dignidade⁵ como centro gravitacional do ordenamento jurídico e diretriz para a edificação de seu estatuto jurídico, composto tanto por direitos como por deveres.

Nessa dimensão, defende Medeiros (2004, p. 73), a figura do homem-indivíduo perde o protagonismo e exige esforços e responsabilidades de todos, abrindo caminho para um grau mais elevado de juridicidade, concretude, positividade e eficácia social, algo que não nasce de uma relação contratual prévia nem de um *status* como o de ser cidadão de determinado Estado, mas da valorização da pessoa humana em si. Tais direitos – que não mais podem ser pensados na relação entre indivíduo e Estado – incluem uma dimensão de *deverosidade*⁶, como os direi-

5 Diante da plurivocidade do termo, utiliza-se dignidade da pessoa humana como uma categoria jurídica que comporta dimensões (MAURER, 2013. p. 15 et seq.), dentre as quais se destacam uma dimensão ontológica, núcleo essencial intangível, e uma dimensão intersubjetiva e comunicativa, constituída de um feixe de direitos e deveres humanos e fundamentais que, portanto, comporta graus de realização conforme a atuação (Ibid., p. 119 et seq.) da pessoa em sociedade.

6 A palavra *deverosidade* não consta dos dicionários de Língua Portuguesa, mas trata-se de neologismo criado a partir da influência da literatura alemã, pois o idioma alemão contempla

tos-deveres de proteção da natureza e do patrimônio cultural, direitos circulares, com uma horizontalidade característica e uma forte dimensão objetiva na proteção de bens comunitários, de interesse de todos e, ainda, das gerações futuras.

Esse traçado histórico revela um sistema em permanente transformação, em que não há uma sucessão de camadas de gerações de direitos⁷ a sugerir uma certa prevalência ou hierarquia entre tais conjuntos de direitos; uma vez consagrados nos textos jurídicos, sujeitam-se ao esforço uniformizador e sistematizador da hermenêutica constitucional.

As constituições contemporâneas consagram, no seu núcleo essencial, ao lado dos direitos e garantias fundamentais, os princípios estruturantes, os valores superiores da sociedade que, como observa Nabais (2015, p. 127), merecem uma proteção e uma normatividade reforçada, pois servem de critérios materiais para a interpretação e aplicação das demais normas do ordenamento, em uma ordem preferencial de valores que converge para o atingimento das funções de toda a constituição. É nesse sentido que se propõe pensar a liberdade com responsabilidade e a igualdade na distribuição dos encargos, imprescindíveis para a existência e o funcionamento de toda a sociedade organizada. Isto é, trata-se de uma relação de equilíbrio entre direitos e deveres como normas *jusfundamentais*, sem exclusivismos, projetada sobre os deveres voltados ao bem comum, sem afetação do núcleo

termos distintos para tratar dos deveres (*Pflichten*) e do estado, situação ou posição de sujeição aos deveres (*Pflichtigkeit*). A palavra foi inicialmente registrada no idioma italiano, como *deverosità*.

7 O tratamento dos direitos em gerações ou dimensões se refere à classificação em um conjunto de características coincidentes com os principais marcos históricos da vida política e social da Europa moderna. A própria ideia de dividir os direitos em fragmentos é questionável, na linha de Trindade (1991), pois remete a uma ilusória hierarquização ou a uma evolução linear que vai de encontro à natureza histórica e discursiva dos direitos, bem como à eficácia máxima que se projeta em uma visão em torno de um estatuto da pessoa. Admite-se a existência da classificação, por ser frequentemente citada na literatura, apenas como forma de exposição e para o fim de criticá-la com a defesa expressa de um reconhecimento uno e indivisível não somente de todos os direitos, mas também de deveres humanos e fundamentais.

essencial dos direitos envolvidos, e mediada pela dignidade da pessoa humana, ao mesmo tempo como limite e tarefa.

Esse repensar da posição dos deveres fundamentais na comunidade política vincula e harmoniza o exercício dos deveres e dos direitos, reestruturando o sistema e a teoria dos direitos e dos deveres fundamentais.

3 TEORIA (GERAL) DOS DEVERES FUNDAMENTAIS

O estudo dos deveres fundamentais exige a concentração de esforços voltados à sistematização de suas especificidades, e não como uma teoria construída sob a lógica do espelho, como contraface à teoria dos direitos fundamentais, pois o desenvolvimento dos deveres não acompanhou, como visto, o processo histórico de construção dos direitos em perfeita simetria⁸. Por isso, para se compreender e colocar balizas jurídicas sobre suas incidências é preciso, antes, conhecê-los em suas particularidades, seus elementos definidores e estruturais, bem como sua relação com os direitos fundamentais.

É preciso, primeiramente, saber do que se está a tratar. Sem a pretensão de apresentar conceitos definitivos, a partir do desenvolvimento teórico dos deveres fundamentais, Nabais (2015, p. 64 et seq.) condensa as características para a construção de um conceito tipológico dos deveres fundamentais que, como corretivo da liberdade, traduzem-se na mobilização do homem e do cidadão no campo jurídico para a realização dos objetivos do bem comum⁹.

8 Perspectiva há muito superada pela denominada “tese da assimetria”, consagrada na literatura constitucional alemã. Ver Luchterhandt (1988, p. 538 et seq.).

9 O autor português é a principal referência no assunto, por ter sido pioneiro na sistematização do conteúdo dos deveres fundamentais, voltado ao mundo lusófono, mas há diversas outras referências internacionais dignas de nota, a exemplo do espanhol Peces-Barba Martínez (1987, p. 329-341), que considera como tais aqueles deveres jurídicos que se referem às dimensões básicas da vida do homem em sociedade, aos bens de primordial importância à

Para este artigo, adota-se o conceito de deveres fundamentais como o instituto jurídico-constitucional com relativa autonomia em relação aos direitos, que exige juridicamente de todas as pessoas (físicas, jurídicas e coletivos despersonalizados) determinados comportamentos (fazer, não fazer, dar), umas perante as outras, e todas perante a comunidade politicamente organizada de que fazem parte (Estado), indistintamente, independentemente de capacidade (civil, penal, administrativa) e passíveis de sanção jurídica em virtude do seu descumprimento, voltadas a proporcionar as bases materiais para existência e funcionamento da sociedade e para a concretização dos direitos fundamentais de todos, decorrentes de uma ordem jurídica democrática, com posição de primazia normativa e controle ao poder de reforma (fundamentalidade formal), cujos conteúdos integram o estatuto da pessoa, formado por

satisfação das necessidades ou que afetam setores especialmente importantes para a organização e funcionamento das instituições públicas ou ao exercício dos direitos fundamentais – a este conceito, Bandieri (2011, p. 211-244) acrescenta todos aqueles deveres humanos fundamentais previstos em convenções internacionais, de âmbito global e regional, bem como nas constituições democráticas, excluindo os deveres de fonte legal e jurisprudencial. No mundo hispânico, ainda, há outras importantes vozes que se levantam a tentar definir os deveres fundamentais, a exemplo de Garzón Valdés (1986, p. 17-33). Na Itália, Lanchester (2010, p. 67-81) entende por deveres fundamentais os comportamentos que o ordenamento considera – jurídica e politicamente – apreciáveis, que se dirigem a sujeitos privados, materializados em obrigações concretas, com a previsão de algum tipo de sanção por descumprimento para ser considerado um dever jurídico. E, ainda, outros autores italianos, que se utilizaram da expressão deveres constitucionais (LOMBARDI, 1967, p. 45 et seq.) ou deveres públicos individuais na constituição (CARBONE, 1968, p. 18 et seq.), enquanto Bobbio e Viroli (2007, p. 41 et seq.) e Violante (2014, p. 62 et seq.) tratam mais das implicações e articulações do tema dos deveres com temas políticos mais abrangentes, como a democracia e a cidadania. Dentre os autores alemães se destacam Luchterhandt (1988, p. 579 et seq.) e Hofmann (1992, p. 323 et seq.), dedicados a construir um conceito material dos deveres fundamentais, composto por elementos objetivos (irrenunciabilidade; elevado significado para a comunidade; expressão no texto constitucional e grau de normatividade constitucional) e elementos subjetivos (elevada pessoalização ou infungibilidade no seu cumprimento, gratuidade, peso e continuidade de sua oneração e probabilidade de sua efetiva imposição). No Brasil, Sarlet (2018, p. 234 et seq.) e outros autores, como Medeiros (2004, p. 93 et seq.), Molinaro (2015, p. 989-1.025) e Siqueira (2010, p. 214-225), trabalham com conceitos oriundos das formulações de Nabais (2015).

direitos e deveres fundamentais e orientados pela dignidade da pessoa humana (fundamentalidade material).

Trata-se, pois, de deveres fundamentais (*Grundpflichten*), que não se confunde com os deveres de proteção (*Schutzpflichten*), dirigidos ao Estado para a tutela dos direitos fundamentais. Essa é a primeira grande distinção a ser feita: os deveres fundamentais integram a constituição da pessoa, ao passo que os deveres de proteção se inserem na constituição do Estado.

Delimitados os elementos tipológicos, é possível excluir determinadas figuras próximas, mas que não se confundem com outros deveres constitucionais, tais como o que se denomina deveres organizatórios, orgânicos ou funcionais (SCHMITT, 1986), competências obrigatórias ou vinculadas dos órgãos do Estado e que integram sua organização política, sem necessária correspondência com o conteúdo material jusfundamental que integra o estatuto do poder político, como os deveres decorrentes da legalidade estrita administrativa¹⁰.

Outra figura diversa dos deveres são os ônus, pois enquanto os deveres consistem em uma necessidade jurídica de adoção de determinado comportamento, os ônus concretizam-se pela necessidade prática em que se encontra o detentor de um poder reconhecido pela ordem jurídica para praticar certo ato a fim de produzir efeitos jurídicos que lhe são favoráveis¹¹.

10 Ainda, os deveres gerais de ser justo e de obedecer à constituição, às leis e às autoridades, por outro lado, também não se configuram como verdadeiros deveres fundamentais. Os primeiros, porque não passam de apelos constitucionais a uma virtude cívica, à disponibilidade voluntária das pessoas em adotar condutas exigíveis por razões de ordem metajurídica ou moral; e os segundos, porque a constituição não indica uma direção material do comportamento devido, mas se limita a ter em conta as condições de validade do exercício dos poderes públicos, em termos correspondentes às situações de sujeição (*status subjectionis*) – ou seja, tais disposições constitucionais não visam investir as pessoas em posições subjetivas, mas sim estabelecer as condições de validade e de exercício das competências estatais.

11 Como no caso do ônus do jurisdicionado de comprovar a hipossuficiência econômica para gozar da gratuidade judiciária (garantia fundamental), pois, no Brasil, em regra, os serviços pú-

Mas, seguramente, a principal distinção a ser feita é entre deveres e obrigações jurídicas, e, para tanto, é importante resgatar a distinção de Romano (1983, p. 23 et seq.) entre os deveres correlativos a direitos por obrigações (*obblighi*) e os deveres de caráter geral, correspondentes a poderes funcionais (*poteri*) por deveres em sentido estrito (*doveri*). Essa distinção é retomada por Díaz Revorio (2011, p. 278-310) para considerar como *obrigação* o marco de uma relação jurídica na qual existe, de forma correlata, um direito subjetivo de outra parte, enquanto que *dever*, em sentido estrito, é estabelecido em proteção de interesses objetivos. Dessa forma, frente ao dever de um sujeito existe um *poder* para pretender seu cumprimento.

A principal classificação dos deveres fundamentais os distingue em: (i) deveres associados a (ou conexos com) direitos fundamentais, em que se verifica uma coincidência de conteúdo do dever com parte do conteúdo do direito (v.g., direitos-deveres ambientais ou ecológicos); (ii) deveres coligados a direitos, concebidos com o objetivo de enfraquecer ou limitar o conteúdo de determinados direitos (v.g., dever de abstenção político-partidária em relação à liberdade; função socioambiental em relação à propriedade privada); (iii) deveres autônomos ou separados dos direitos fundamentais *stricto sensu*, porque apenas (de) limitam negativamente os direitos (v.g., serviço militar; pagamento de impostos) (NABAIS, 2015, p. 39-40).

Complementarmente, segundo o conteúdo dos deveres fundamentais, podem ser positivos ou negativos, conforme prescrevam comportamentos ativos – que podem se desdobrar em deveres de prestação personalíssima, infungíveis, que veiculam um *facere*, como o serviço militar e o voto, ou uma prestação de coisa (*dare*), como o pagamento de impostos – e comportamentos omissivos, deveres de abstenção (*non facere*), como a isenção político-partidária à Magistratura¹².

blicos prestados pelo Poder Judiciário são remunerados, por meio da cobrança de uma taxa, porém a Constituição brasileira (1988) prevê, em seu art. 5º, LXXIV, que “*O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos*”, de modo que incumbe a quem pleiteia a isenção da taxa o ônus de provar sua condição de hipossuficiente, sob pena de ter indeferido o pleito, ou seja, de não gozar do direito.

12 Há, porém, figuras mistas, como os deveres de promoção da saúde e do meio ambiente,

Essas e outras especificidades são os conteúdos e questões próprios dos deveres fundamentais, nos quais não se pode adentrar aqui com profundidade pela limitação de espaço. No entanto, lançadas as diretrizes gerais sobre o tema e os contributos para uma teoria geral, é preciso avançar para uma análise mais concentrada na matriz brasileira e na abordagem das possíveis aplicações práticas dessa teoria aos deveres fundamentais extraídos da Constituição brasileira.

4 O DEVER FUNDAMENTAL DE EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988

Dentre os deveres fundamentais previstos na Constituição brasileira de 1988, para exemplificar a aplicação da teoria geral a um dever em espécie, utiliza-se o dever de educação por se tratar de um dos mais importantes deveres fundamentais dirigidos e incumbidos às pessoas em sociedade, em concomitância com o dever de proteção do Estado, desdobrado nos deveres de promoção e incentivo, em colaboração com a sociedade, visando aos objetivos específicos de pleno desenvolvimento da pessoa e preparo ao exercício da cidadania.

Em uma sociedade assente no princípio da solidariedade familiar, o dever de prover a educação das crianças incumbe *prima ratio*¹³ aos

ao mesmo tempo, ou a abstenção a ofensas a tais bens jurídicos e realização de condutas ativas para sua preservação (*facere* e *non facere*) ou os deveres de manutenção e educação dos filhos, que veiculam simultaneamente aspectos materiais de *facere* e *dare*.

13 Em apoio de uma *solidariedade familiar* impôs-se uma *solidariedade estatal*, vindo o Estado a assumir gradualmente prestações de natureza assistencial-garantística relativamente aos cidadãos em situação de particular necessidade ou carência de recursos econômicos para subsistir. O Estado surge, em relação à criança desprovida de rendimentos advindos do incumprimento das responsabilidades parentais, com um papel subsidiário, relativamente ao protagonismo incontornável dos progenitores no que tange ao desenvolvimento físico, mental, moral e social das crianças e dos jovens. Esse dever de proteção exige do legislador a adoção de medidas eficazes para que os responsáveis cumpram o dever fundamental de manutenção dos filhos, a fim de evitar que a criança chegue a alcançar a situação de risco. O

pais, dentro das suas capacidades materiais, fundando-se no vínculo que emerge da filiação, na condição de *dever fundamental*, que tem por beneficiários imediatos os filhos – prestação integrante de um dever consagrado como correlativo do direito fundamental dos filhos – portanto, não são meras liberdades em face do Estado, mas representam poderes-deveres dos pais sobre os filhos, funções inerentes ao poder familiar¹⁴.

O texto constitucional brasileiro consagrou, ainda, uma previsão abrangente, dirigida a todas as crianças, adolescentes, jovens e idosos (e pessoas com deficiência¹⁵, acrescente-se) da sociedade, e não ape-

Estado não intervém, no entanto, como prestador por causa do incumprimento da obrigação alimentar, mas pela situação concreta de carência para a qual esse incumprimento contribui. Pelo seu caráter de subsidiariedade, o nascimento desse dever de proteção depende de um conjunto de fatores, e não apenas do incumprimento dos deveres fundamentais (PORTUGAL, 2018).

14 Trata-se da denominação vigente no ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo a partir da entrada em vigor do Código Civil (BRASIL, 2002), em atualização ao antigo instituto do Direito Romano do *pátrio poder*, a fim de reforçar a ideia de uma função conjuntamente exercida por ambos os pais, pai e mãe, sem prevalências, podendo-se também designar por autoridade/responsabilidade parental. Constitui-se de um feixe de deveres e prerrogativas dos pais (ou responsáveis) sobre seus filhos (ou tutelados) menores, desde a concepção até a maioridade civil, autorizados pela legislação para sua representação e assistência, enquanto incapazes para os atos da vida civil, de caráter personalíssimo, intransmissível e irrenunciável.

15 As disposições da Convenção Internacional sobre os Direitos das pessoas com deficiência e seu Protocolo facultativo, incorporados pelo Decreto nº 6.949 (BRASIL, 2009), cujo preâmbulo destaca que “*Conscientes de que a pessoa tem deveres para com outras pessoas e para com a comunidade a que pertence e que, portanto, têm a responsabilidade de esforçar-se para a promoção e a observância dos direitos reconhecidos na Carta Internacional dos Direitos Humanos*”. Logo, embora o texto normativo dirija seus comandos aos Estados-membros, seu preâmbulo evidencia a eficácia horizontal dirigida a todas as pessoas em suas relações entre si e perante a comunidade organizada em que vivem, sobretudo no tocante à inclusão das pessoas com deficiência na comunidade. Por se tratar do único dispositivo internacional incorporado ao ordenamento brasileiro com *status* de norma constitucional, formal e materialmente, considera-se que suas disposições sobre os deveres de inclusão, acessibilidade e autonomia, bem como sobre os deveres de igualdade material e antidiscriminação se aplicam horizontalmente a todos.

nas os próprios filhos, pais e familiares, como se observa das redações dos artigos 227 e 229. Trata-se de uma tutela que se revela também e, em alguma medida, intergeracional, pelo respeito à contribuição dos idosos da geração pretérita e incentivo às potencialidades das gerações vindouras, em ambos os sentidos conectados por deveres dirigidos às atuais gerações – como forma de conferir preponderância, através do dever de solidariedade, ao dever fundamental da família, da sociedade e do Estado em zelar pelo bem-estar das futuras gerações (perspectiva objetiva).

O comando constitucional consagrou, portanto, conjuntamente, o dever de proteção do Estado (*Schutzpflichten*) coligado com o dever fundamental da família (*Grundpflichten*): um dever fundamental dirigido às pessoas coletivamente consideradas em um ente despersonalizado. Os destinatários, titulares do direito à educação, por sua vez, são todas as pessoas, indistintamente, e não apenas aquelas em idade escolar, mas todos os familiares, incluindo-se pessoas adultas e idosas, de forma permanente e continuada.

Sobre esta base, verifica-se que o exercício da democracia só pode ser alcançado quando o Estado possuir cidadãos aptos e capazes de tomar suas próprias decisões e de assumirem as suas responsabilidades dentro da sociedade; quanto maior for o nível de escolaridade de uma sociedade, maiores condições terão os seus integrantes de formar juízos de valor para tomada de decisões. Por meio da educação para a cidadania é possível garantir o direito à igualdade de oportunidades, que é a igualdade do ideal democrático¹⁶ – para a efetiva participação na vida política e social da comunidade, é preciso cada vez mais ter um nível educacional elevado para acompanhar a crescente complexidade e interdependência do mundo globalizado e tecnológico.

16 Coincide – portanto – com os contributos do resgate dos deveres fundamentais, pois o Estado constitucional contemporâneo tem um forte caráter participativo, no sentido da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a ser realizada pelo Estado com ampla participação da sociedade, a qual lhe dá legitimidade, e, nesse cenário, o direito à educação passa a ser um dos principais instrumentos de emancipação das pessoas.

Assim, a educação deve promover a autonomia das pessoas, suscitando e favorecendo, com o desenvolvimento da personalidade e reconhecimento dos direitos fundamentais, a consciência de sua responsabilidade e de seus deveres fundamentais em uma perspectiva solidária, atrelado à dignidade da pessoa humana e a todo o sistema de direitos fundamentais, como um *standard* elementar de formação cultural como condição direta e concreta do exercício, com um mínimo de autonomia, dos direitos, liberdades e garantias de participação política e de exigibilidade de todos os direitos fundamentais (NABAIS, 2015, p. 54 et seq.).

O exemplo do dever de educação é especialmente ilustrativo para a importância e a contribuição que este olhar sobre os fenômenos jurídicos é capaz de proporcionar para a Jurisdição, como se percebe do exame de um caso submetido à recente decisão judicial, a denotar como – a partir desse diferente viés – pode-se chegar a entendimentos distintos.

É o que ocorre com as formas de cumprimento do dever fundamental de educação e a possibilidade de o ensino domiciliar (*homeschooling*), ministrado pela família, ser considerado meio lícito de cumprimento do dever de educação – Tema 822, de reconhecida repercussão geral no bojo do Recurso Extraordinário nº 888.815/RS, submetido a julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, em que se discutem os limites da liberdade dos destinatários dos deveres fundamentais, na escolha dos meios pelos quais proverão a educação, segundo suas convicções pedagógicas, morais, filosóficas, políticas e/ou religiosas.

O objeto do julgamento trata da interpretação constitucional da instituição do (amplo) dever de educação (*Erziehungspflicht*) seja cumprida, sendo que se considera como adimplido o (estrito) dever de proteção se o ente público oportunizar a educação escolar (*Schulpflicht*), ou seja, garantir a oferta de vaga gratuita para todos os que dela demandarem, pois o próprio dispositivo constitucional considera inadimplido o dever com o *não oferecimento*¹⁷.

17 Ao Estado incumbe fazer o recenseamento periódico, oferecer vagas compatíveis com a

No julgamento do Supremo Tribunal Federal, o voto do Ministro relator concluiu que a escolarização formal em instituição oficial não é o único padrão pedagógico autorizado pela Constituição brasileira, não excluindo outros mecanismos, de modo que não se pode incriminar os pais como negligentes nem imputar-lhes o crime de abandono intelectual se estão, de fato, a prestar educação a seus filhos¹⁸ – em Plenário, a divergência foi ampla e variada¹⁹, a denotar que a questão

demanda, fixar os conteúdos mínimos a serem ministrados e, ao final do processo, realizar avaliações. Nenhum desses deveres de proteção colide, de fato, com os deveres fundamentais da família, que é livre para demandar, ou não, uma vaga no ensino escolar. Mas nem a educação escolar estatal nem a educação domiciliar familiar são capazes de garantir o atingimento da educação em sua plenitude, como bem da vida, em si, mas devem oferecer os meios propícios para tanto. Ao Estado, incumbe ofertar tudo o que estiver ao alcance (dever de proteção suficiente quanto aos *meios*), mas não é obrigatório atingir a finalidade pretendida (*resultado*).

18 O voto concluiu pela constitucionalidade da prática do ensino domiciliar de crianças e adolescentes, em virtude de sua compatibilidade com as finalidades e os valores da educação infanto-juvenil expressos na constituição, fixando alguns parâmetros mínimos: (i) os pais devem notificar as Secretarias Municipais de Educação sobre a opção pelo ensino domiciliar; (ii) as crianças devem ser submetidas às mesmas avaliações periódicas que as demais; (iii) os dados educacionais podem ser compartilhados com outras autoridades, como Conselho Tutelar e Ministério Público; (iv) se comprovada a deficiência na formação acadêmica, os pais serão notificados e, caso não haja incremento no rendimento, os órgãos públicos competentes podem exigir a matrícula compulsória nos estabelecimentos de ensino escolar (BRASIL, 2018).

19 Alguns Ministros votaram no sentido da inconstitucionalidade do ensino domiciliar, ainda que houvesse lei; outros na falta de previsão legal (com emprego da técnica de apelo ao legislador); outros, ainda, que a prática viola apenas a legislação infraconstitucional (deveres de matrícula e frequência) e que, em suma, consideram que a Constituição brasileira (1988) não permite que as famílias excluam o Estado da relação solidária de prestar educação. Ao final da votação, os Ministros cogitaram retirar a Repercussão Geral do julgamento em questão para amadurecer o entendimento, deixando à maioria a sinalização de que não se poderia excluir aprioristicamente a constitucionalidade da via do Ensino domiciliar. Ou seja, pela grande variedade de argumentos contrários, não havendo nenhum óbice claro à rejeição da modalidade de Ensino e, noutro vértice, tendo a maioria dos Ministros decidido apenas pela inexistência de direito líquido e certo das crianças impetrantes – com o que se concorda, juridicamente, com o resultado – por conta da impropriedade da via processual eleita, sem concluir pela in-

pode voltar a ser julgada noutros termos.

Importante considerar que, em que pese os argumentos favoráveis e contrários, limita-se a investigar se a modalidade se apresenta, ou não, como meio idôneo ao adimplemento dos deveres fundamentais de educação, sem ingressar na discussão de mérito, ou seja, se a modalidade é melhor ou é pior do que o ensino escolar.

Uma análise jurídica do desenho constitucional da matéria, à luz da teoria dos deveres fundamentais, permite concluir que a modalidade do ensino domiciliar cumpre com o dever familiar de educação²⁰, voltado ao pleno desenvolvimento da pessoa sem a necessidade de sua institucionalização. Noutro vértice, não há necessidade de haver o correlato inadimplemento do dever de proteção do Estado, desde que a educação domiciliar observe algumas balizas mínimas, isto é, desde que se submeta ao recenseamento e às avaliações periódicas de conteúdo, bem como inclua em suas atividades domiciliares o conteúdo mínimo disciplinado para cada faixa etária.

Assim, a partir de um único exemplo concreto, é possível deduzir o potencial que o desenvolvimento da teoria dos deveres fundamentais pode desempenhar para o exercício da justiça cidadã, enriquecendo o debate jurídico em torno dos critérios para tomada das decisões judiciais²¹.

constitucionalidade, há vislumbres de que a questão pode ser decidida ulteriormente, noutros termos, por exemplo, na análise de eventual legislação disciplinadora e/ou em processo de cognição plena (BRASIL, 2018).

20 O fato de inexistir legislação ordinária não impede o exercício de uma liberdade constitucional, o que decorre da interpretação consagrada dos direitos sociais e a partir do comando expresso do art. 5º, § 1º, da CRFB. E, ainda, que a educação domiciliar não é um dever fundamental, em si, mas o que se sustenta é que a *educação* é um dever familiar, podendo ser adimplido por diversas modalidades, tanto domiciliar como escolar (que se desdobra em público ou particular, religioso ou leigo), com liberdade de escolha por parte dos titulares passivos do dever fundamental.

21 Como situação semelhante, poder-se-ia citar o recente julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça que, quando do alinhamento ao entendimento da Suprema Corte, quanto à execução imediata da pena criminal após o esgotamento da recorribilidade ordinária de mérito,

Mais que isso, o desenvolvimento de uma cultura em torno dos deveres das pessoas em sociedade, para além da mera reivindicação individualista de direitos subjetivos, em uma perspectiva solidária voltada ao bem comum, contribui decisivamente para a conscientização dos deveres próprios da cidadania.

5 CONTRIBUTOS PARA A CONSCIENTIZAÇÃO DOS DEVERES BÁSICOS DOS CIDADÃOS E PARA UMA JUSTIÇA CIDADÃ

Para além da análise de deveres fundamentais em espécie, parte-se da premissa teórica de que a cidadania é um conceito instrumental, que serve para as pessoas se realizarem e se desenvolverem plenamente em sociedade, para alcançar o gozo de direitos, garantias e liberdades fundamentais.

Desde as mais elementares noções do contratualismo social, as pessoas se associam e estabelecem relações de sujeição ao Direito do Estado para se tornarem cidadãos, sujeitos de direitos e deveres. Há sempre, pois, uma relação de sujeição a um ordenamento jurídico, que só se constitui se houver um conjunto de deveres básicos a ser seguido pelas pessoas.

Ao tratar do desenvolvimento histórico da noção de cidadania, retomam-se as lições de Cícero (2005), como uma vida de deveres, em que as virtudes mais importantes são aquelas voltadas a servir aos demais. Uma vida virtuosa consiste em uma vida de deveres e serviço, de aceitar como prioritários os fins comuns da República em relação aos seus fins pessoais. A virtude se concebe como a qualidade de fazer o bem comum, que só se alcança com o aprendizado e a prática dos deveres, por isso é fundamental saber quais são e como se aplicam²².

fez menção expressa aos deveres fundamentais como norma jusfundamental objetiva que legitima eventuais e necessárias restrições às liberdades públicas do indivíduo, em nome de um interesse comunitário prevalente (BRASIL, 2019).

22 Para que se pratiquem corretamente, as virtudes requerem uma vida de deveres, que

No entanto, a liberdade e a emancipação humana das injustiças sociais exigem o cumprimento do dever fundamental de educação das pessoas, pois sem educação não se tem sequer consciência dos próprios direitos e das injustiças sofridas, tampouco é possível haver efetiva participação na vida política da sociedade. Foi assim que, sob a metáfora do *contrato social*, Rousseau (2015) reconheceu que, nascido um cidadão livre, o direito de votar sobre os negócios públicos basta para impor a este o dever de se instruir acerca disso.

Na contemporaneidade, embora tenha se tornado plurívoco, o termo *cidadania* costuma estar associado a demandas por inclusão, por novos direitos, de modo que, a partir de Marshall (1950), constrói-se uma noção de cidadania mais voltada às exigências de justiça por grupos excluídos, questões de pluralismo cultural, sob a premissa de que a estabilidade de uma democracia não depende apenas de seu desenho institucional, mas exige participação ativa dos cidadãos como resposta às desigualdades e marginalizações inerentes aos sistemas sociais²³.

O conceito de cidadania, destarte, sob qualquer viés, aproxima a pessoa da estrutura da vida social, pois a conservação da sociedade exige que seus componentes conheçam e cumpram igualmente seus deveres. Assim, Nabais (2007) expõe que a cidadania é a qualidade das pessoas que, enquanto membros de uma determinada comunidade política, são titulares e destinatárias de um conjunto de direitos e deve-

Cícero (2005) faz incidir com maior ênfase aos homens de Estado, pela sua responsabilidade mais direta com o bem comum, mas incide também a todos os cidadãos, que devem conviver em igualdade de direitos e deveres. Ser um cidadão romano significava ser um homem com deveres para com os demais e, ao longo da vida, o cidadão teria deveres distintos, a depender de sua idade, condição social e mérito pessoal, o que é tido como o primeiro modelo jurídico de cidadania, ligado não apenas ao sangue e ao nascimento, mas sobretudo ao pertencimento à cidade e à República romana. Essa pertença é o que dá direito à participação política e, assim, se inaugura um modelo de cidadania jurídica, uma construção positiva em que se outorgam às pessoas diversos direitos e deveres em sociedade.

23 Nessa perspectiva, a noção de cidadania como o *status* atribuído aos membros de uma comunidade, em que seus beneficiários são iguais em direitos e deveres, opõe-se à ideia de classe social, como um sistema desigual e hierarquizado, que divide as pessoas.

res e, por conseguinte, detentoras de um específico nível de igualdade, com possibilidade de contribuir para a vida pública dessa comunidade através da participação política²⁴.

Visões distorcidas dos direitos, sob o manto da igualdade jurídica, criam uma tendência de indivíduos preocupados em buscar seu bem-estar material, sem compromisso com os assuntos políticos da comunidade em que vivem. Assim, a participação política tende a ficar reduzida ao instante do voto e à busca por concessões dos que governam, em vez de reivindicar uma efetiva abertura do espaço público, como lugar deliberativo e decisório, e a democracia termina confundida com a satisfação das necessidades materiais da população, demandando que o aparato estatal outorgue cada vez mais direitos e benefícios, sem que haja uma efetiva participação dos cidadãos nas formas de produção e distribuição desses benefícios²⁵.

Por tais razões, a concepção contemporânea de cidadania não pode implicar a existência de cidadãos que reclamem para si o máximo de direitos e, em contrapartida, neguem-se a contribuir com a sua parcela de esforços para que tais direitos se viabilizem no plano fático.

24 A partir desse *standard* – diga-se – a realidade mostra fenômenos extremos como a sobre-cidadania e a subcidadania, de modo que há de se falar em níveis ou graus de cidadania. Haveria, portanto, múltiplos níveis de cidadania, nos planos nacional, regional e internacional, na medida em que a comunidade reconhece um estatuto da pessoa, com direitos e deveres fundamentais e, em contraponto, situações de subcidadania, como a de estrangeiros, refugiados, apátridas ou mesmo daqueles com insuficiente capacidade de exercício da cidadania decorrente da exclusão social.

25 Nesse aspecto, pertinente a crítica de Oldfield (1990), ao questionar a primazia da outorga de direitos sobre os deveres dos cidadãos, pois o direito de participação nos assuntos públicos supõe autonomia dos sujeitos e, por isso, primeiro estão os deveres e as virtudes que deve ter o cidadão, pois, do contrário, se produz a imagem de um cidadão que depende do Estado para alcançar sua autorrealização, gerando relações de dependência e clientelismos, efeitos contrários à ideia de cidadania ativa. Por isso, defende uma maior ênfase nos deveres e nas responsabilidades dos cidadãos, pois somente a partir de uma ideia forte de cidadão, com destaque para os deveres, é possível responder aos problemas e distorções causados pela apatia política de quem vive a espera de direitos.

É nessa confluência entre as noções de solidariedade e cidadania que, com Nabais (2007), identifica-se uma nova dimensão. Após uma primeira etapa liberal – de cidadania passiva, orientada para a proteção do indivíduo e da família, tendo a comunidade política como algo externo – sobreveio um segundo momento, mais democrático, de uma cidadania ativa e participativa da vida pública. Agora, como terceira etapa, apresenta-se uma cidadania responsabilmente solidária, em que o cidadão assume um novo papel, tomando consciência de que o seu protagonismo ativo na vida pública não se esgota no controle dos poderes públicos, passando pela assunção de encargos, responsabilidades e deveres²⁶.

A ideia de cidadania ativa se vincula ao estatuto da pessoa, como o vínculo jurídico que liga uma pessoa a uma determinada comunidade política organizada, de modo duradouro e efetivo. Uma cidadania construída apenas como um direito a ser exercido pelo cidadão quando este quiser, como liberdade ou faculdade, parece muito limitada e superficial, pois desconsidera a necessidade de envolvimento do cidadão na coisa pública para fortalecimento progressivo da democracia.

Esse é o movimento de passagem da cidadania passiva para uma noção mais completa de cidadania ativa, tal qual exposta por Moro (2013), caracterizada pelo reforço da capacidade organizativa do cidadão, de modo a permitir sua participação ativa e interferência direta em todas as etapas do processo de formulação de políticas públicas, desde a formação da agenda, planejamento, tomada de decisão, implementação da proposta e avaliação dos resultados²⁷.

26 Essa dimensão solidária da cidadania pressupõe o empenho simultaneamente social e estatal de permanente inclusão de todos os membros na comunidade, para que todos partilhem de um mesmo denominador comum em direitos e deveres, não como sucedâneo do desmantelamento do Estado social, mas como função complementar. Há de se rejeitar a atitude de insistir na onipotência do Estado social e de ter consciência de que este modelo de bem-estar social entrou em crise, em auxílio da qual o Estado deve se empenhar em convocar a sociedade civil para ajudar solidariamente.

27 A cidadania ativa tem como uma de suas principais características a responsabilização de todos, como elemento motivador do envolvimento dos cidadãos no processo de formulação

O resgate e o estudo dos deveres fundamentais, portanto, contribui para uma visão aprimorada e crítica da democracia substantiva e da cidadania ativa, noções que se complementam e pressupõem uma pessoa livre e responsável como sujeito de direitos e deveres fundamentais, essencial para o desenvolvimento da sociedade, *locus* do pleno desenvolvimento da pessoa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É lugar-comum afirmar-se ser dever do Estado concretizar os direitos fundamentais das pessoas, mas a questão que se enfrenta aqui é a afirmação, à primeira vista paradoxal, de que os deveres fundamentais exigidos das pessoas revertem em uma maior concretização dos direitos de todos.

Nesse sentido, propõe-se pensar a liberdade com responsabilidade e a igualdade na distribuição dos encargos, imprescindíveis para o funcionamento de toda a sociedade politicamente organizada, em uma relação de equilíbrio entre direitos e deveres como normas *jusfundamentais*.

É justamente pelo déficit de realização dos direitos fundamentais nas vidas das pessoas que se trabalha com os deveres fundamentais, não como categoria antagônica à dos direitos fundamentais, mas relacionada de tal modo que se mostra capaz de contribuir para alcançar um patamar de maior eficácia social.

Todos nós, indistintamente, estamos submetidos às normas *jusfundamentais* que veiculam deveres, de modo que o conhecimento acerca de seus conteúdos, alcances e limites permita um maior controle

de políticas públicas, como superação do atual modelo de governança vertical que reforça o papel passivo do cidadão, que sempre poderá se eximir de uma eventual falha ou ineficácia das políticas públicas. Em contrapartida, no modelo de *governança horizontal* (MORO, 2013), os cidadãos têm responsabilidade direta pelo sucesso ou pelo fracasso das políticas, pois todos atuam em conjunto para a criação daquilo a que se submeterão.

sobre sua aplicação e, assim, ao lado dos direitos, contribua para um maior controle e delimitação do âmbito legítimo de incidência do poder político.

Não se pretende, em substituição, instituir uma *era de deveres* das pessoas, simplesmente, como se não houvesse mais nenhum direito, mas chama-se a atenção para as debilidades e insuficiências dessa construção exclusivista, que teve sua importância histórica, mas que precisa avançar rumo a um sistema equilibrado de normas jusfundamentais.

Esse outro olhar sobre o fenômeno jurídico, com as lentes de uma outra categoria, que enriquece o léxico, o vocabulário, o repertório do jurista é a razão de ser e o objetivo deste trabalho.

7 REFERÊNCIAS

BANDIERI, Luís María. Derechos fundamentales ¿y deberes fundamentales?. In: LEITE, George Salomão; SARLET, Ingo Wolfgang; CARBONELL, Miguel (Org.). **Direitos, deveres e garantias fundamentais**. Salvador: JusPodivm, 2011.

BOBBIO, Norberto; VIROLI, Maurizio. **Direitos e deveres na República**: os grandes temas da política e da cidadania. Tradução de Daniela Baccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm>. Acesso em: 3 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Decreto nº 6.949/2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 14 abr. 2018.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. [Código Civil]. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 1º set. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso extraordinário nº 888.815/RS-RG**. Recorrente: V D representada por M P D. Recorrido: Município de Canela. Manoela Negrelli de Athayde Heidrich (78845/RS). Am. Curiae: União entre outros. Brasília, DF, 25 de setembro de 2018. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4774632>>. Acesso em: 25 out. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo Regimental no Habeas Corpus nº 366.495/RO**. Agravante: João Ricardo Gerólamo de Mendonça. Agravado: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

Disponível em <<https://ww2.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ITA?seq=1570893&tipo=0&nreg=201602111994&SeqCgrmaSessao=8&CodOrgaoJgdr=8&dt=20170223&formato=PDF&salvar=false>>. Acesso em 14 mai. 2019.

BUFFON, Marciano. **Tributação e dignidade humana**: entre os direitos e deveres fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

CARBONE, Carmelo. **I doveri pubblici individuali nella Costituzione**. Milão: Dott. A. Giuffré, 1968.

CÍCERO, Marco Túlio. **Dos deveres**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2005.

DÍAZ REVORIO, Francisco Javier. Derechos humanos y deberes fundamentales: sobre el concepto de deber constitucional y los deberes en la Constitución Española de 1978. **Revista del Instituto de Ciencias Jurídicas de Puebla**, México, ano 5, n. 28, p. 278-310, jul./dez. 2011.

GARZÓN VALDÉS, Ernesto. Los deberes positivos generales y su fundamentación. **Doxa**, Alicante, 1986, n. 3, p. 17-33.

HOFMANN, Hasso. Grundpflichten und grundrechte. In: ISENSEE, Josef; KIRCHHOF, Paul (Org.). **Handbuch des Staatsrechts des Bundesrepublik Deutschland**. Band V: Allgemeine Grundrechtslehren. Heidelberg: C. F. Müller Juristischer Verlag, 1992.

LANCHESTER, Fulco. Los deberes constitucionales en el derecho comparado. Tradução de Valentina Faggiani. **ReDC**, [S.l.], ano 7, n. 13, p. 67-81, jan./jun. 2010.

LOMBARDI, Giorgio. **Contributo allo studio dei doveri costituzionali**. Milano: Dott. A. Giuffré Editore, 1967.

LUCHTERHANDT, Otto. **Grundpflichten als Verfassungsproblem im Deutschland**: geschichtliche Entwicklung und Grundpflichten unter dem Grundgesetz. Berlin: Dunker & Humblot, 1988.

MARSHALL, Thomas Humpfrey. **Citizenship and social class and other essays**. Cambridge: Cambridge University Press, 1950.

MAURER, Béatrice. Notas sobre o respeito da dignidade da pessoa humana... ou pequena fuga incompleta em torno de um tema central. Tradução de Rita Dostal Zanini. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). **Dimensões da dignidade**: ensaio de filosofia do direito e direito constitucional. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013

MEDEIROS, Fernanda Luíza Fontoura de. **Meio ambiente**: direito e dever fundamental. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

MOLINARO, Carlos Alberto. Breves reflexões sobre os deveres fundamentais socioambientais. **Revista Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí, 1986, v. 20, n. 3, p. 989-1025, 2015.

MORO, Giovanni. **Cittadinanza attiva e qualità della democrazia**. Roma: Carocci, 2013.

NABAIS, José Casalta. **O dever fundamental de pagar impostos**: contributo para a compreensão constitucional do estado fiscal contemporâneo. Coimbra: Almedina, 2015.

OLDFIELD, Adrian. **Citizenship and Community**: civic republicanism and the modern world. London: Routledge, 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração universal de direitos humanos**. [S.l.], 1948. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2017.

PECES-BARBA MARTÍNEZ, Gregorio. Los deberes fundamentales. **Doxa**, Alicante, n. 4, p. 329-341, 1987.

PORTUGAL, **Tribunal Constitucional**. Acórdão nº 446, de 2 out. 2018. Disponível em: <<http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20180446.html>>. Acesso em: 18 out. 2018.

ROMANO, Santi. **Doveri, obblighi e poteri, potestà**: frammenti di un dizionario giuridico Milano, 1983.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**: princípios do direito político. Tradução de Edson Bini. 2ª ed. São Paulo: Edipro, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 13ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito constitucional ambiental**: constituição, direitos fundamentais e proteção do ambiente. 5ª ed. São Paulo: RT, 2017.

SCHMITT, Carl. **Teoría de la Constitución**. México, 1986.

SIQUEIRA, Julio Pinheiro Faro Homem de. Deveres fundamentais e a constituição brasileira. **Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade - FIDES**, Natal, v. 1, n. 2, p. 214-225, 2010.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **A proteção internacional dos direitos humanos**: fundamentos jurídicos e instrumentos básicos. São Paulo: Saraiva, 1991.

VIOLANTE, Luciano. **Il doveri di avere doveri**. Torino: Giulio Einaudi, 2014.